

**SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª  
EMIÇÃO DE INJAN DEBENTURES SIMPLAS DA ESPÉCIE SUBORDINADA DE  
AUFERVILLE TRUST S.A.**

Pelo presente Instrumento particular de aditamento ("Aditamento"), as partes a seguir qualificadas: (A) AUFERVILLE TRUST S.A., com sede na Cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Rua Antônio do Godoy, nº 2.681, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 05.451.980/0001-10, neste ato legalmente representada pelos administradores, doravante designada simplesmente "Emisora"; e (B) PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede social na Cidade do Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, à Avenida das Américas, nº 2.312 - salas 303/308, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 17.043.682/0000-18, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeado neste Aditamento e não interveniente, de acordo com o disposto na Lei nº 8.404/76, representando a comissão dos Intermédios dos Debenturistas perante a Emisora, doravante designada simplesmente "Agente Fidejussório" ou "Fidejussor", vêm pela presente aditar o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de 10.000 Debenturas Simples da Espécie Subordinada de Auferville Trust S.A., celebrada em 27 de janeiro de 1998 (a "Escritura de Fervido"), mediante as seguintes cláusulas, condições e considerações:

1. Re-estabelece a redação da item 5 da Cláusula VII da Escritura de Fervido, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

**VIII  
DO AGENTE FIDEJUSSÓRIO**

**5. Despesas do Agente Fidejussório:**

5.1: As despesas com publicações, viagens e outros necessários ao exercício da função de Agente Fidejussório serão suportadas pela Emisora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou recebidos, após prévia aprovação. Não sendo incluídas igualmente despesas com especialistas, como sejam peritos, mas como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assistência legal à Emisora.

5.2: O crédito do Agente Fidejussório, por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou salutar os Direitos Creditórios dos Debenturistas, que não tenha sido cobrado na forma deste item 5, será ressarcido à dívida da Emisora e gerará as mesmas garantias das Debenturas, incluindo as previstas nos itens 2 e seguintes da Cláusula V, precludendo a

## **Debitos em ordem de pagamento.**

5.3: O Agente Fiduciário poderá solicitar garantia dos Debitantes para cobertura do risco de inadimplência na hipótese de Emissões posteriores em inadimplência por um período superior a 60 (sessenta) dias, em relação ao pagamento das despesas do Agente Fiduciário, incluindo as despesas com procedimentos legais e administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resgatar os interesses dos Debitantes. Tais despesas deverão ser previamente aprovadas e autorizadas pelos Debitantes e, posteriormente, conforme prevista em lei, ressarcidas pela Emissão. As despesas a serem autorizadas devem incluir também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, despesas, custos e taxas judiciais em ações propostas pelo Agente Fiduciário visando a recuperação da cobrança dos Debitantes. As eventuais despesas, despesas e custos judiciais decorrentes da inadimplência em ações judiciais serão ignoradas suportadas pelos Debitantes.

5.4: As despesas a que se refere este item é compreendida, inclusive, as seguintes:

- (a) publicação de editais, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que visem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais procedimentos adicionais e especiais ou periciais que visem a ser imprescindíveis, se ocorrerem devido a uma obscuridade nas informações pertinentes aos certos interesses dos Debitantes.

2. Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições da Escritura de Emenda, podendo ela a ter a seguinte relação anexada:

### **"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE 19.366 DEBÊNTURES SIMPLES DA ESPÉCIE SUBORDINADA DE AUTERVILLE TRUST S.A.**

Pelo presente Instrumento particular, as partes a seguir qualificadas: (A) AUTERVILLE TRUST S.A., com sede na Cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Rua Antônio de Góes, nº 2.681, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 03.413.983/0001-10, neste ato legalmente representada pelos abaixo-assinados, doravante designados simplesmente "Emissora"; (B) PINTADO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, inscrita no Cadastro de Empresas no Brasil, com sede social na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e Avenida das Américas,

1.313 - sob o nº 307509, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 17.343.652/0001-38, sendo sua representação na forma de seu Estatuto Social, nomeado nesta Escritura e nela interveniente, de acordo com o disposto na Lei nº 6.404/76, representando a totalidade dos interesses dos Debenturistas perante a Emissora, doravante designado simplesmente "Agente Fielatário" ou "Fielatário", vêm celebrar o presente instrumento particular de outorga de outorga de outorga de 10.000 debêntures simples da espécie subordinada (as "Debênturas"), referente à primeira emissão (a "Emissão") da Emissora, mediante as seguintes cláusulas, condições e particularidades, doravante designada "Escritura".

## I DAS DEFINIÇÕES

Para os fins desta Escritura, sempre que referidas neste instrumento com a primeira letra minúscula, tanto no singular quanto no plural, quando aplicável, as seguintes palavras e expressões terão os significados indicados abaixo:

### **Adiantamento:**

Conforme estabelecida nas Condições Gerais e Especiais das Apólices de Seguro De Quarta de Garantia e no item 4 da Cláusula V desta Escritura, pagamentos realizados pela Seguradora como parte da indenização referente ao seguro contratado nas Apólices de Seguro de Quarta de Garantia, passíveis à Emissora e suas filiais conforme definido no item 1 da Cláusula V a partir de qualquer inadimplência por parte de qualquer Contribuinte Compulsado;

### **Apólices Financeiras:**

Conforme definido no item 2.2 da Cláusula V;

### **Apólices de Seguro de Quarta de Garantia:**

Apólices de seguro de quarta de garantia nº 000.000-2 (Autoville I), nº 000.010-3 (Autoville III) e 000.012-6 (Autoville V) contratadas pela Emissora junto à Seguradora em 01.08.99, bem como suas respectivas "Condições Gerais e Especiais";

### **Apólices de Seguro de Vida**

Apólices de seguro de vida em grupo nº 000.010-0 (Autoville II), nº 000.021-1 (Autoville III) e 000.013-2 (Autoville V) contratadas pela Emissora junto à Seguradora em 01.08.99, bem como suas respectivas "Condições Gerais e Especiais";

### **Apólices de Seguro**

Designação coletiva e genérica das Apólices de Seguro de Quarta de Garantia e das Apólices de

## Seguro de Vida;

**Cedentes:** *Auder Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Auder Construtora & Engenharia S/C Ltda.; e Auder Agropecuária S.A.;*

**Compromissário Comprador:** *Pessoa Física ou Jurídica adquirente de Letras que figure como compromissário comprador em Composições de Venda e Compra;*

**Composições de Venda e Compra:** *Instrumentos Particulares de Composições de Venda e Compra e respectivos anexos, celebrados entre os Cedentes e os Compromissários Compradores, para a aquisição de Letras, bem como quaisquer anexos, complementação, consolidação, prorrogação, renovação ou modificação de tais instrumentos;*

**Conta Vinculada:** *Conta corrente de titularidade da Emitora, não movimentável por cheque, aberta junto ao Unifinance para o resgate dos pagamentos referentes aos Composições de Venda e Compra, sob nº 134.496-8 na Agência 0070, devendo ser inscrita até a integral liquidação das Debêntures;*

**Contrato de Crédito:** *Contrato de cessão de créditos e direitos celebrados entre a Emitora e os Cedentes em 27 de janeiro de 2000, estabelecendo a cessão à Emitora dos direitos creditícios que os Cedentes detinham em razão dos Composições de Venda e Compra;*

**Data do Emissão:** *Conforme definido no item 1 da Cláusula IV;*

**Data de Pagamento das Debêntures:** *Conforme definido no item 11.3 da Cláusula IV;*

**Debenturista:** *Titular legítima de Debêntures;*

**Direitos Creditícios:** *Os direitos creditícios referentes aos Composições de Venda e Compra cedidos pela Cedentes à Emitora por meio do Contrato de Crédito;*

**Empreendimento:** *Empreendimento sob a firma de investimento com a denominação especial de ALBERVILLE II, situado na Cidade de São José do Rio Preto, São Paulo, inserido na Fazenda Santa Maria, antiga Fazenda Santo Lázaro, registrado no 41<sup>o</sup> de novembro de 1999 na matrícula nº63.740, do 1<sup>o</sup> Registro de*



Inscritiva da comarca do São José do Rio Preto, ALPERVILLE III, situada na Cidade do São José do Rio Preto, São Paulo, encravado na Fazenda Santa Maria, antiga Fazenda Santo Isidoro, registrado em 11 de julho de 1999, na matrícula nº43.742, do 2º Registro de Imóveis da comarca do São José do Rio Preto, sob o nº 03, nos termos da Lei 6.766/98, aprovado no GRAPROAB conforme certificação sob o nº108199, em 9 de março de 1999 e com Alvará Municipal sob o nº 658199, emitido em 7 de maio de 1999 e ALPERVILLE V, situada na cidade do São José do Rio Preto, São Paulo, encravado na Fazenda Malveira, registrado na matrícula nº 75.811, do 1º Registro de Imóveis da comarca do São José do Rio Preto em 14 de julho de 1999;

**Indenizações:**

Conforme estabelecido nas Condições Gerais e Especiais das Apólices de Seguro de Vida e no item 5 da Cláusula V desta Escritura, os valores das dívidas ressarcimentos com relação aos Compromissos de Venda e Compra, em caso de morte ou invalidez total permanente de Compromissários Compradores;

**Letas:**

Cada uma das locatárias Alperville L, III e V, que cumpre o Responsabilidade objeto das Compromissos de Compra e Venda;

**Prestes Líquidas Dedutíveis:**

Conforme estabelecido nas Condições Gerais e Especiais das Apólices de Seguro de Vida e no item 4 da Cláusula V desta Escritura, o valor do crédito adiantado, acrescido das despesas para a sua recuperação, aferidas com a análise da Seguradora, deduzidas as importâncias efetivamente recebidas relativamente a esse crédito e a participação obrigatória do segurado (em montante entre 10% a 20%).

**Prata de Carteira:**

Conforme definido no item 5 da Cláusula IV;

**Prata de Carteira:**

180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da expedição do Registro de Distribuição do CVR;

**Preços:**

Valores abaixo discriminados a serem pagos pela Emisora para as Cédulas pelo Creditor, nos 2.



serviços do Contrato de Casado;

(a) Anel Empreendimentos Imobiliários Ltda.;  
R\$191.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais);

(b) Anel Construtora & Engenharia Ltda.;  
R\$1.770.000,00 (um milhão, setecentos e setenta mil reais);

(c) Anel Agropecuária S.A. R\$1.310.000,00 (um milhão, trezentos e dez mil reais);

<b>Seguradora:</b>	Indiana Seguros S.A.;
<b>Tabela de Amortização:</b>	Tabela de amortização das Debênturas constante no item 12.1 da Circular TV e possível do recebimento de acordo com o item 12.2 da mesma Circular TV;
<b>Termo de Vinculação de Receita:</b>	Termo de Vinculação de Receita celebrado entre a Eniowave e a Unibanco em 27 de janeiro de 2000;
<b>Unibanco:</b>	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.;

## **II DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada com base na aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Eniowave, realizada em 26 de janeiro de 2000, cujos termos foram ratificados pela Assembleia Geral Extraordinária da Eniowave, realizada em 05 de março de 2000.

## **III DOS REQUISITOS**

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### **I. Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM:**

A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis n.ºs 6.385/76 e 6.404/76 e de acordo com a Instrução CVM nº 13/80 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

### 3. Arquivamento da Ata de Assembleia Geral Extraordinária

A ata da Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão das Debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP.

### 3. Registro da Escritura de Emissão

A Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, de acordo com o exigido pelo Capítulo V, Seção III, artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404 de 13 de dezembro de 1976.

### 4. Registro no Sistema Nacional de Debêntures - SND

A Emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - ANIMA, e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP.

### 5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBI

A Emissão será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBI, em conformidade ao Código de Auto-Regulação promulgado por aquela entidade na Assembleia Geral realizada em 27 de agosto de 1998.

## IV DA EMISSÃO

A Emissão observará as seguintes condições e características:

#### 1. - Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, especialmente para o cálculo dos acréscimos financeiros e do preço de subscrição, a data-base da Emissão, desta vez designada simplesmente "Data de Emissão", será 01 de fevereiro de 2000.

#### 2. - Valor total da Emissão

R\$18.280.000,00 (dezoito milhões, duzentos e oitenta mil reais), na Data de Emissão.

#### 3. - Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário

Serão emitidos 18.280 (dezoito mil duzentos e oitenta) Debêntures com valor nominal unitário, na

Data de Emissão, de R\$1.000,00 (mil reais).

#### 4. - **Série(s)**

A Emissão será em série única.

#### 5. - **Forma de Circulação**

Para fins de pagamento da remuneração e da amortização do principal, as Debêntures serão emitidas de 08 (oito) meses corridos a partir da Data de Emissão, com encerramento da circulação no último dia 01 do 6º (sextos) mês subsequente à Data de Emissão.

#### 6. - **Forma e Data do Vencimento Final**

O prazo das Debêntures será de 60 (sessenta) meses, vencendo-se, portanto, em 31.03.2008. Por ocasião do vencimento final das Debêntures, obriga-se a Emissora a proceder à liquidação das Debêntures ainda em circulação, pelo seu valor nominal, deduzido o valor das respectivas amortizações mensais realizadas e o acréscimo de remuneração na forma do Item 11 desta Cláusula IV.

#### 7. - **Tipo e Forma**

As Debêntures serão do tipo simples, não convertíveis em ações da Emissora, nominativas, registradas nos livros da Emissora e não endossáveis.

#### 8. - **Catenação e Negociação**

O pagamento será público, com a respectiva intermediação de instituições financeiras, por negociação no mercado de futuro não negociado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 12 da Instrução CVM no. 219/0. A primeira emissão poderá atender a investidores institucionais, fundos e fundos de pensão no mercado nacional. Não será utilizada nenhuma das subota, lotes injetivos ou injetivos.

#### 9. - **Exatidão e Garantia**

As Debêntures serão de espécie subordinada, na forma do disposto no artigo 38 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, preferindo apenas aos acionistas no ativo remunerante, se houver, em caso de liquidação da Emissora.

#### 10. - **Preferência na Subscrição**

Não há-se preferência para subscrição das Debêntures pelos acionistas da Emissora.





## II. - Remuneração:

As Debênturas serão usufruídas remuneração baseada no Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, calculada e divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, e acrescida de juros de 17% (dezessete por cento) ao ano.

### II.1. Amortização Monetária:

II.1.1. O valor da amortização monetária das parcelas de amortização programada e de juros será apurado e devido anualmente com base no IGPM, sendo pago em parcela única no dia 31 de março de cada ano a partir de 31 de março de 2001, ressalvado o disposto no item II.1.3 desta Cláusula IV, computando-se a amortização monetária realizada entre a Data de Emissão e a data do efetivo pagamento de tal parcela.

II.1.2. Caso o IGPM não possa mais ser utilizado para cálculo de remuneração das Debênturas por expressa vedação legal ou por decisão judicial, será utilizado, em seu lugar, o índice determinado por lei ou, na sua ausência, será utilizado o índice que vier a substituí-lo ou, na ausência deste índice, deverá a Emissora estabelecer novo critério para o cálculo da remuneração das Debênturas, que, além de preservar o valor econômico real da obrigação, possa restaurar os Debitados nos mesmos níveis anteriores.

II.1.3. Na hipótese de alteração normativa que resulte em modificação na periodicidade mínima para a amortização monetária pelo IGPM para as parcelas de amortização programada, a Agência Fidejussora deverá convocar a Assembleia de Debitados para deliberar a respeito da alteração na periodicidade de tal amortização.

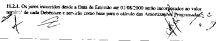
II.1.4. Na hipótese de a Emissora vir a estabelecer o novo critério para cálculo da remuneração das Debênturas, a Agência Fidejussora deverá convocar Assembleia dos Debitados para que eles possam manifestar sua concordância, ou não, com o novo critério proposto.

II.1.5. Fica desde já assegurado aos Debitados que não concordaram com o novo critério de amortização monetária proposto pela Emissora, a apresentação de suas Debênturas para resgate, a menos que a concordância quanto ao critério proposto seja aprovada por no mínimo 2/3 (dois terços) dos Debitados presentes na Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

### II.2. Pagamento dos Juros

Serão usufruídos os Debitados juros correspondentes à taxa de 17% (dezessete por cento) ao ano (base 360 dias), contados desde a Data de Emissão e incidendo sobre o valor nominal das Debênturas estipulado no Item 3 desta Cláusula IV, acumulando monetariamente na forma do item II.1. desta Cláusula IV, deduzido o valor das amortizações realizadas, salvo o disposto no item II.2.1 desta Cláusula IV.

II.2.1. Os juros inerentes desde a Data de Emissão até 01/03/2003 serão incorporados ao valor nominal de cada Debênture e servirão como base para o cálculo das Amortizações Programadas.



conforme item 12 desta Cláusula IV.

11.2.1. Os juros inseridos a partir 01/08/2000 serão pagos mensalmente, juntamente com as parcelas do principal, na forma da item 12 desta Cláusula IV, sendo o primeiro vencimento no dia 01/09/2000.

## 12. - Amortizações

12.1. Amortizações Programadas As Debitações serão amortizadas mensal e sucessivamente, após o decurso do Prazo de Carência, de acordo com as percentuais indicados na tabela a seguir, aplicados sobre o valor nominal das Debitações, sempre no 1º (primeiro) dia de cada mês, sendo a primeira amortização no dia 01/09/2000 e as demais nos mesmos dias dos meses subsequentes, até o vencimento final das Debitações, conforme estipulado no item 6 desta Cláusula IV, de acordo com a tabela abaixo:

Amortização	Percentual	Vencimento	Amortização	Percentual	Vencimento
1	1,00%	Set00	28	1,00%	Out00
2	1,00%	Out00	29	1,00%	Nov00
3	1,00%	Nov00	30	1,00%	Dez00
4	1,00%	Dez00	31	1,00%	Jan01
5	1,00%	Jan01	32	1,00%	Fev01
6	1,00%	Fev01	33	1,00%	Mar01
7	1,00%	Mar01	34	1,00%	Abr01
8	1,00%	Abr01	35	1,00%	Mai01
9	1,00%	Mai01	36	1,00%	Jun01
10	1,00%	Jun01	37	1,00%	Jul01
11	1,00%	Jul01	38	1,00%	Ago01
12	1,00%	Ago01	39	1,00%	Set01
13	1,00%	Set01	40	1,00%	Out01
14	1,00%	Out01	41	1,00%	Nov01
15	1,00%	Nov01	42	1,00%	Dez01
16	1,00%	Dez01	43	1,00%	Jan02
17	1,00%	Jan02	44	1,00%	Fev02
18	1,00%	Fev02	45	1,00%	Mar02
19	1,00%	Mar02	46	1,00%	Abr02
20	1,00%	Abr02	47	1,00%	Mai02
21	1,00%	Mai02	48	1,00%	Jun02
22	1,00%	Jun02	49	1,00%	Jul02
23	1,00%	Jul02	50	1,00%	Ago02
24	1,00%	Ago02	51	1,00%	Set02
25	1,00%	Set02	52	1,00%	Out02
26	1,00%	Out02	53	1,00%	Nov02
27	1,00%	Nov02	54	1,00%	Dez02

12.2. Amortizações Compulsórias Na hipótese de quitação antecipada, por parte de qualquer Compromissário Compulsor, de dívida referente ao respectivo Compromissário de Venda a

Comprova:

ii) A Emissora, conforme estabelecido no item 4.4 do Contrato de Crédito, realizará a transferência da propriedade do respectivo Lote junto ao competente Registro de Imóveis;

iv) A Emissora, na qualidade de credora dos Direitos Creditórios relacionados aos Contratos de Compra e Venda e no sentido de manter (i) a periodicidade do fluxo financeiro de que trata o item I da Cláusula V e (ii) a periodicidade e prazos das Amortizações Programadas, será obrigada a providenciar a imediata amortização parcial pro rata das Debêntures com os valores recebidos a título de quitação antecipada, tudo de forma a estabelecer o equilíbrio entre o valor devido em relação as Debêntures emitidas e os recebíveis cobrados à Emissora, e

v) A cada ocorrência de Amortização Compulsória ou qualquer outro evento acordado pelas partes que possa afetar a Tabela de Amortização das Debêntures, as respectivas contagens da Tabela de Amortização deverão ser recalculadas pela Emissora tendo como base o valor nominal das Debêntures já deduzido das amortizações realizadas, devendo a Emissora prontamente apresentar ao Agente Fiduciário, para sua aprovação, a Tabela de Amortização com os novos parâmetros a serem utilizados. Caso o Agente Fiduciário não aprove o cálculo apresentado pela Emissora, o Agente Fiduciário deverá apresentar novo cálculo, o qual deverá prevalecer.

#### 13. - Preço de Subscrição e Forma de Pagamento

O preço de subscrição será pago à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, por as Debêntures colocadas até 3 dias antes do término do Prazo de Colocação. As Debêntures não colocadas até 3 dias antes do término do Prazo de Colocação poderão ser utilizadas para o pagamento parcial dos Preços aos Credores, podendo ser, portanto, substituídas com Créditos proporcionais ao valor nominal total das Debênturas.

13.1 - Para subscrições realizadas na Data de Enciso, o preço de subscrição das Debêntures será o valor nominal das Debênturas.

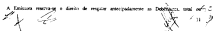
13.2 - Para subscrições realizadas após a Data de Enciso, o preço de subscrição das Debêntures na data de subscrição será o valor nominal das Debêntures deduzido o valor das respectivas amortizações realizadas e acrescido a remuneração, na forma estabelecida no item 11 desta Cláusula IV.

#### 14. - Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal, acrescido da remuneração prevista no item 11 desta Cláusula IV, observado o disposto no parágrafo 2º de artigo 55 da Lei 6404/76. As Debênturas poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado.

#### 15. - Resgate Antecipado

A Emissora reserva-se o direito de resgate antecipadamente as Debênturas, total ou par-



pagamentos, para além das seguintes: juros, impostos, taxas, despesas, despesas de  
Defensores, incluindo o pagamento do respectivo valor nominal, dedução o valor das respectivas  
anuidades, multas realizadas e acrescida a verificação paga até à data do respectivo pedido,  
devido a Emendas para tanto, com base nos Debitos e créditos relativos a cada um dos (1)  
quatro dias da data de entrega, mediante publicação de aviso na forma do item 12 desta  
Cláusula IV.

#### 16. - Juros Moratórios:

Ocorrência de inobservância no pagamento de qualquer quantia devida aos Debitos, os  
debitos ou juros serão acrescidos da remuneração, bem como de juros de mora de 1% (um por  
cento) ao mês, calculados desde a data do Debitos e juros até a data do respectivo pagamento,  
independentemente de penal, incidência no âmbito da judicial ou extrajudicial.

#### 17. - Dependência dos Direitos aos Acrecidos:

Sem prejuízo do disposto no item 14 anterior, o não cumprimento de todas as Debitos  
para receber o valor colacionado disponível pela liquidação, correspondente a qualquer das  
obrigações pendentes nas datas estabelecidas, não lhe dará o direito ao montante da  
anuidade monetária e da remuneração no período relativo ao prazo de recebimento,  
respeitando, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 18. - Local de Pagamento:

Os pagamentos referidos no principal e em subseções seguintes, nos Debitos, serão  
efectuados pela via de depósito em nome do "Banco Nacional de Debitos e Juros",  
aberto junto pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - ANIMA e  
operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, e em  
suas sedes, para os Debitos, para que não haja qualquer incidência no referido Sistema.

#### 19. - Prorrogação dos Prazos:

Considera-se de prorrogação os prazos referidos no pagamento de qualquer obrigação, até o  
primeiro dia da subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente  
comercial no comércio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

#### 20. - Publicidade:

Sem prejuízo do disposto na Cláusula XI, todos os atos e direitos decorrentes desta Lei, ou  
de qualquer forma, viciados a qualquer momento dos Debitos, deverão ser publicados  
na forma de aviso, no jornal "Diário da Manhã", editado em São José do Rio Preto, pelo da Empresa  
na forma de aviso, até a Lei 6.442/73 e o Diário da Manhã, no jornal "Diário da Manhã".

## 11. - Vencimento Antecipado:

O Agente Fidejussório poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escrita e exigir o imediato pagamento pela Emissora, do valor nominal das Debêntures em circulação, deduzido o valor das respectivas amortizações realizadas, acrescido da remuneração calculada conforme Item 11 da Cláusula IV, independentemente de qualquer aviso, notificação ou intimação judicial ou extrajudicial à Emissora, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a. protesto legítimo e cartório de títulos contra a Emissora, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé do taxador, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas da sua ocorrência;
- b. decretação de falência ou pedido de concordata preventiva da Emissora;
- c. descumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação relevante prevista nesta Escrita ou no Termo de Vencimento de Recolha, não sanado em 30 (trinta) dias, contados de antes certo que ter sido enviado pelo Agente Fidejussório;
- d. descumprimento pela Emissora de um Estatuto Social;
- e. dissolução ou liquidação da Emissora;
- f. distribuição, pela Emissora, durante o prazo de vigência desta escritura de debêntures, de dividendos superiores àquelas previstas no artigo 37 do Estatuto Social da Emissora; e
- g. insatisfação de qualquer das obrigações referenciadas na Apêndice de Seguros que resultem em perda do direito de reembolso das indenizações pela Emissora.

## V

## CESSÃO DE CRÉDITOS, FLUXO FINANCEIRO E GARANTIAS

### 1. - Fluxo Financeiro

Os recursos oriundos dos Direitos Creditórios cedidos por força do Contrato de Cessão, sejam eles provenientes de pagamentos realizados pelos Compromissários Compradores ou de Adiantamentos, eventuais diferenças entre as Parcelas Líquidas Debitórias e os recursos Adiantamentos e Indenizações, serão destinados ao pagamento do principal e da remuneração as Debêntures, na forma prevista nesta Cláusula V.

### 2. - Conta Vinculada

Por força do Termo de Vinculação de Recolha, todos os recebimentos referentes a Compromissários

de Venda e Compra prévios aos pagamentos de loterias bancárias pelos Compromissários. Compromissários deverão ser creditados automaticamente na Conta Vinculada.

2.1. - Os recursos da Conta Vinculada somente poderão ser utilizados para a realização de quaisquer pagamentos devidos aos Debitários e ao pagamento à Seguradora de quaisquer eventuais valores devidos com relação às Apólices de Seguro. Após o integral pagamento dos Debitários, a Emissora deverá ser livre sobre o eventual saldo da Conta Vinculada.

2.2. - De acordo com o disposto no item 4 do Termo de Vinculação de Bancita, após sua formação, a Conta Vinculada terá seus recursos aplicados junto ao Unibanco em aplicações financeiras que garantam a ressatuação dos valores depositados em níveis compatíveis com a segurança dos títulos das Debitórias ou "Aplicações Financeiras").

2.3. - As Aplicações Financeiras deverão ser feitas de acordo e totalmente compatíveis com as Datas de Pagamento da Debitórias.

2.4. - Caso qualquer Compromissário Comprador efetue o pagamento diretamente junto à Emissora ou às Cedeiras, o valor total pago deverá ser imediatamente transferido à Conta Vinculada, sendo a Emissora ou as Cedeiras, conforme o caso, sem talas as taxas ou impostos relativos à transferência realizada.

### 3 - Acesso do Agente Fiduciário

Fica o Unibanco, desde já, expressamente autorizado, de forma integral e irrevogável, pela Emissora, na qualidade de titular da Conta Vinculada, a fornecer ao Agente Fiduciário o acesso a todos os registros e movimentações (contábeis-létre) relativos à Conta Vinculada.

### 4 - Seguro de Quebra de Garantia

O objeto do seguro de quebra de garantia estipulado nas Apólices de Seguro de Quebra de Garantia é a indenização por Perdas Líquidas Definidas que venha a Emissora, como consequência das Diretas Condições intrínsecas aos Compromissos de Venda e Compra, sofrer em decorrência do inadimplemento por parte de qualquer Compromissário Comprador.

4.1. - Os Adiantamentos corresponderão a 100% de cada contribuição mensal vencida e não paga por qualquer Compromissário Comprador, calculada com base nos índices de estratégia atuarial pactuados no respectivo Compromissos de Venda e Compra.

4.2. - A cláusula 3 das Condições Especiais das Apólices de Seguro prevê que, para cada adiantamento realizado, os valores corresponderão a 30% (dez por cento) do valor do pagamento não efetuado por Compromissário Comprador ou do saldo devido, no caso de pagamento parcial, será devido pela Seguradora a título da participação obrigatória da Emissora, enquanto beneficiária do seguro, no caso de inadimplemento por parte do Compromissário Comprador (a "Participação Obrigatória"), sendo que poderá haver, nos termos das Apólices de Seguro, aumento da participação da Participação Obrigatória para até 30% (dez por cento). A Emissora,

participar, ainda, com o percentual de 10% (dez por cento) da Perda Líquida Definitiva, que poderá ser ampliado até o máximo de 20% (vinte por cento).

4.3. - O primeiro Adiantamento ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data da primeira parcela vencida e não paga, respeitada a Participação Obrigatória, e compreendendo as parcelas vencidas e não pagas pelo Comprador/Contratado Comprador inadimplente e eventuais saldos devedores de parcelas, bem como atualização monetária e juros de mora correspondentes.

4.4. - Após o primeiro Adiantamento, os demais Adiantamentos serão realizados pela Seguradora mês a mês, respectando-se as respectivas datas de vencimento.

4.5. - Os valores correspondentes aos Adiantamentos, eventuais diferenças entre as Perdas Líquidas Definitivas e os referidos Adiantamentos e as indenizações serão depositados integral e diretamente na Conta Vinculada, após o que os Adiantamentos e tais eventuais diferenças serão utilizados nos pagamentos aos Debitados, de acordo com a Tabela de Amortização contida no item 12.1 da Cláusula IV.

## **5. - Seguro de Vida em Grupo**

O objeto do seguro de vida em grupo estipulado nas Apólices de Seguro de Vida em Grupo é garantir ao Cedente, no caso de falecimento ou invalidez permanente total por acidente do Comprador/Contratado Comprador, o débito existente com relação à dívida contratada com os Compradores de Vida e Grupo.

5.1. - O montante segurado para cada Comprador/Contratado Comprador corresponderá ao valor da dívida remanescente, na data do sinistro, relativa à compra do(s) Loan(s), limitando-se à R\$10.000,00 (dez mil reais), independentemente do número de loans adquiridos pelo Comprador/Contratado Comprador. A indenização deverá ser paga mensalmente da mesma forma que as mensalidades dos Compradores de Vida e Grupo originalmente contratados.

5.2. - Os valores correspondentes às indenizações serão depositados integral e diretamente na Conta Vinculada, após o que o valor das indenizações serão utilizados nos pagamentos aos Debitados, de acordo com a Tabela de Amortização contida no item 12.1 da Cláusula IV.

## **VI DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA**

Enquanto os Debitados não forem integralmente liquidados, a Emissora obriga-se

(i) a não constituir qualquer garantia real sobre seus ativos, receitas passíveis ou futuras, ou garantias de qualquer de seus débitos e não constituir qualquer garantia real sobre seus ativos, receitas, passíveis ou futuras, em garantia de qualquer dívida de terceiros; e

(B) notificar imediatamente o Agente Fiskatário sobre qualquer alteração substancial, ou qualquer indício de alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos seus negócios em geral que: (i) possa impossibilitar ou dificultar o cumprimento pela Emitente de suas obrigações decorrentes desta Emissão e das Debênturas ou; (ii) fique com que as demonstrações financeiras ou as informações financeiras fornecidas pela Emitente à CVM não reflitam a real condição financeira da Emitente.

## **VII**

### **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

A Emitente está adicionalmente obrigada a:

1 - Fornecer ao Agente Fiskatário:

a. dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de seu primeiro exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras, relativas a esse exercício social;

b. dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, demonstrações análogas, relativas a esse exercício social;

c. imediatamente, qualquer informação que necessariamente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiskatário ou a empresa de auditoria independente por ele nomeada, legítimamente constituída e previamente indicada, realize acesso aos seus livros, registros contábeis, e controle de todas as Dívidas Creditórias;

d. as informações pertinentes à Instrução CVM nº 302/91, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;

e. dentro de no máximo 30 (trinta) dias após o término de cada mês, relatório relativo ao fluxo de caixa e aos depósitos junto à Caixa Econômica, com a indicação discriminada e individualizada dos Dívidas Creditórias ainda devidos e aqueles efetivamente pagos; e

f. dentro de no máximo 10 (dez) dias a contar da elaboração de uma Amortização Compulsória, nova Tabela de Amortização que reflita a Amortização Compulsória realizada e os dados necessários de amortização para as Debênturas.

2 - Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, na forma de seu estatuto Social;

3 - Continuar lá suas despesas, empresa de auditoria independente devidamente registrada no Conselho de Valores Mobiliários - CVM, que deverá lhe apresentar relatórios mensais, com a indicação discriminada e individualizada dos Dívidas Creditórias ainda devidos e aqueles efetivamente pagos;



4 - Submeter, na forma da lei, seus livros e balanços a exame pela empresa de auditoria independente por si contratada, conforme item 3 acima;

5 - Manter sempre atualizado o registro de compêndios aberto na CVM, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas, pelo mesmo procedimento, as Demonstrações Financeiras previstas no art. 176 da Lei nº 6404/76;

6 - Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente atendimento aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que preste esse serviço;

7 - Comunicar ao Agente Fiduciário no prazo de 2 (dois) dias úteis após a ocorrência do evento, qualquer diminuição ou desvalorização dos valores depositados na Conta Vinculada;

8 - Autorizar o Unibanco a debitar na Conta Vinculada os valores necessários e suficientes aos pagamentos devidos aos Debenturistas;

9 - Comunicar aos Debenturistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, qualquer Regera Facultativa que venha a realizar, nos termos do item 13 da Cláusula 4, mediante publicação de aviso na forma do item 28 da Cláusula IV;

10 - A Emissora obriga-se também, desde que solicitada, a efetuar o pagamento de todas as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário que tenham a ver necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus Direitos Creditórios;

11 - As despesas a que se refere o item 10 acima incluem mas não se limitam a, publicação de relatórios, avisos, notificações per-lataz pela Escritura, e outras que visarem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis, contratação de empresa de auditoria independente, eventuais honorários adicionais e despesas ou perdas que visarem a ser considerados impraticáveis, em caso de omissão ou obscuridade nas informações pertinentes aos Direitos Creditórios;

12 - Tomar, juntamente com as Cédulas, todas as providências necessárias à certificação dos Compromissários Compromissários da cota de Direitos Creditórios realizada por meio do Contrato de Cessão;

13 - Observar todas as condições convencionadas das Apólices de Seguro no sentido de garantir a cobertura continuada sobre os Direitos Creditórios; e

14 - Notificar, imediatamente, para fins da cobertura do Seguro de Quadro de Garantia, a Seguradora e o Agente Fiduciário da ocorrência de inadimplência por parte de qualquer Compromissário Compromissário.

**VIII**  
**DO AGENTE FISCALIZADOR**

**L -** A Entidade nomeia e constitui o agente fiscalizador desta Entidade a Pontuação, qualificada no preâmbulo desta Escritura, que representará acima a nomeação e abaixo na qualidade de Agente Fiscalizador, para representar a vontade dos Debitores em relação a Entidade.

**L.1:** O Agente Fiscalizador, nomeado pela presente Escritura, declara:

- a, sob as penas de Lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 1º do artigo 66, da Lei 6404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- b, aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os direitos e obrigações previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c, aceitar integralmente a presente Escritura, todos os seus anexos e condições;
- d, não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 38, de 21 de novembro de 1993.

**L.2:** O Agente Fiscalizador iniciará o exercício de suas funções a partir da data da lavatura desta Escritura ou do eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até o termo de sua nomeação e/ou extinção final dos Debitores.

**2. Responsabilidades**

Será devida ao Agente Fiscalizador, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições, nos termos da lei e desta Escritura de Entidade, remuneração a ser paga da seguinte forma:

a) Parcelas anuais de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), sendo o primeiro pagamento devido em 05 de fevereiro de 2008, e os seguintes na mesma data dos anos posteriores. Tais parcelas anuais podem ainda ser pagas mensalmente no valor de R\$ 3.333,34 (três mil e trezentos e trinta e três reais e quatro centavos), sendo o primeiro pagamento devido em 05 de fevereiro de 2008, e os seguintes na mesma data dos meses posteriores;

b) As parcelas citadas no item "a" supra serão majoradas pela variação acumulada do IGP-M, ou no falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data da Entidade até as datas de pagamento, calculadas "pro-rata die", se necessário. Tal remuneração será devida mesmo após o encerramento final dos Debitores, caso o Agente Fiscalizador ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Entidade.

**2.1.** Em caso de mora no pagamento de qualquer parcela devida ao Agente Fiscalizador por força do 2º

Santa Euzébia, os débitos em outras finanças sujeitas a juros de mora na forma definida para as obrigações aqui tratadas.

1.2. A remuneração tratada na presente lei, não inclui as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário na forma do item 3-desta Cláusula VIII.

### 3. Substituição:

Nas hipóteses de ausência, incapacidade temporária, renúncia, interdição, suspensão judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, Assembleia dos Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Escritura, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debênturas, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 5 (cinco) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à Escritura efetuar a, sendo certo que a CVM poderá sempre substituir previamente quanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário.

3.1: Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, podendo ser substituído.

3.2: É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debênturas no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de um eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

3.3: A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca da qualificação dos requisitos previstos no artigo 5º, da Instrução CVM nº 383/3 e eventuais normas posteriores.

3.4: A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo ser arquivado no Registro de Imóveis competente.

3.5: Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e práticas estabelecidas pela CVM.

### 4. Deveres do Agente Fiduciário:

Continuam diversos e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos na lei ou em ato normativo da CVM:

1. responsabilizar-se integralmente pelas sanções contratuais, nos termos da legislação vigente;

2. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, respeitando o conteúdo do

19

função e cuidado a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

3. zelar pela função, na hipótese de super-eficiência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de ineptidão;

4. conservar em boa guarda toda a documentação, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;

5. responsabilizar-se pelas despesas trabalhistas, previdenciárias, fiscais ou municipais incidentes sobre os serviços;

6. pagar os impostos, taxas e contribuições de qualquer natureza, sejam federais, estaduais ou municipais, incidentes sobre os serviços;

7. manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que subsistiram em sua contratação;

8. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando ao máximo de que sejam verdadeiras as mesmas, falhar ou defraudar de que tenha conhecimento;

9. preservar nos computadores digitais, caso a Escritura não o faça, o registro da Escritura e respectivas alterações, evitando as lacunas e irregularidades presentes nos sistemas, hipótese em que o Oficial de registro auxiliará a administração da Escritura para que esta lhe forneça as informações e documentos que forem necessários;

10. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando as Escriturárias acerca de eventual omissão ou irregularidade constante de tais informações;

11. emitir parecer sobre a perfeição das informações constantes das propostas de modificações nos conteúdos das Deliberações;

12. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, auxílio técnico dos distribuidores civis, das vintas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Junta de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Escritura;

13. solicitar, quando necessário, multa extrajudicial na Escritura;

14. convocar, quando necessário, a Assembleia dos Deliberantes, através do sítio eletrônico, pelo menos por três vezes, sob sigilo de impressa onde a Escritura deve estar nas publicações;

15. comparecer à Assembleia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

16. elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- alterações constitutivas ocorridas no período;
- comentários sobre as demonstrações financeiras da Emisora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emisora;
- posição da distribuição ou colocação dos Debêntures no mesmo mercado;
- Ancoragens (compulsórias ou voluntárias), remuneração e seguros realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emisora;
- relação das taxas e valores entregues à sua administração;
- cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emisora na Escritura;
- declaração sobre sua aptidão para exercer novamente a função de Agente Fiduciário;

17. colocar o relatório de que trata a alínea anterior à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emisora, no mesmo ou no seguinte local:

- na sede da Emisora;
- no seu escritório ou, quando inexistente financeiro, no local por ela indicado;
- na CVM;
- na instituição que efetua a colocação dos Debêntures;

18. publicar, na forma da item 20 da Cláusula IV, matéria comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea 18 acima;

19. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gráficos (para a EMISSORA);

20. facilitar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente aquelas impostas ou da obrigação de fazer e de não fazer;

21. notificar os Debitantes, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplência, pela Escritura, de obrigação assumida nesta Escritura, indicando o local em que foram os seus interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e às Boletins de Valores;

22. a notificação aos Debitantes no sentido de informá-los de que o relatório anual, referido no artigo 14 acima, será publicado no prazo máximo previsto no alínea parágrafo, na forma do item 20 da Cláusula IV;

23. a notificação de que trata o artigo 22 acima, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, poderá ser feita por carta com aviso de recebimento ou por publicação no jornal mencionado no artigo 22 acima e distribuída às providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fideiússario tenha tomado para assistir e proteger os interesses da carteira dos Debitantes;

24. o Agente Fideiússario usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Escritura ou terceiros envolvidos, para a proteção e defesa dos interesses da carteira dos Debitantes e da realização de seus Direitos Creditórios, podendo em caso de inadimplência da Escritura;

(a) declarar, observadas as condições desta escritura, antecipadamente vencidas os Debitantes, e cobrar sua principal e acessórios; e

(b) representar os Debitantes em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Escritura.

25. O Agente Fideiússario poderá exercer a administração prevista no item "a", da alínea 24 desta Cláusula, na ocorrência de inadimplência de qualquer obrigação prevista na presente Escritura;

26. O Agente Fideiússario assume a responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item "a" e "b", da alínea 24 desta Cláusula ou, consoante a Assembleia dos Debitantes, em suas e autoriza por deliberação unânime dos titulares de todas as Debitantes em circulação, baseada sobre a deliberação da maioria dos titulares das Debitantes em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto no item "b" da mesma alínea 24;

27. O Agente Fideiússario será, juntamente com a Escritura, em caráter solidário, responsável pela disponibilização aos Debitantes, sempre que solicitado, de novas Tabelas de Amortização que reflitam Amortizações Compulsórias realizadas e os níveis percentuais de amortização destas resultantes, na forma do item 12.2 da Cláusula IV;

28. O Agente Fideiússario não será obrigado a efetuar qualquer verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos de administração da Escritura ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido entregue;

Realizem os por menores a seu pedido, para se basear nas suas decisões.

#### 4. Despesas do Agente Fiduciário:

4.1: As despesas com publicações, viagens e estufas necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário serão cobertas pela Emisora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, os recebidos, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emisora.

4.2: O crédito do Agente Fiduciário, por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ao realizar as Dívidas Creditórias dos Debitários, que não tenha sido cobrada na forma deste item 4, será acrescido à dívida da Emisora e gozará das mesmas garantias dos Debitários, incluindo as previstas nos itens 2 e seguintes da Cláusula V, preferindo os Debitários ao orden de pagamento.

4.3: O Agente Fiduciário poderá solicitar garantia dos Debitários para cobertura do risco de não-honrabilidade na hipótese da Emisora permanecer em inadimplência por um período superior a 60 (sessenta) dias, caso haja o pagamento das despesas do Agente Fiduciário, incluindo as despesas com procedimentos legais e administrativos, em que o Agente Fiduciário tenha a incorrer para resguardar os interesses dos Debitários. Tais despesas deverão ser previamente aprovadas e autorizadas pelos Debitários e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emisora. As despesas e serem autorizadas devem incluir também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, despesas, custos e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário visando resguardar os interesses dos Debitários. As eventuais despesas, depósitos e custos judiciais decorrentes de execução em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debitários.

4.4: As despesas a que se refere este item 4 compreenderão, incluindo, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, atas e certificações conforme previsto neste Edital, e outros que visarem ao registro por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) consultoria levantamentos adicionais e especiais ou periciais que visem a ser imprescindíveis, se ocorrerem devido a/ou dificuldades nas informações pertinentes que estejam interestes dos Debitários.

## IX DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1. Os titulares das Debênturas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Especial a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da sociedade dos Debituristas;
2. A Assembleia dos Debituristas poderá ser convocada pelo Agente Fidejussório, pela Emissora ou por Debituristas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das titulas em circulação e pelo CVM;
3. Aplica-se à Assembleia dos Debituristas, no que couber, o disposto na Lei nº 6084, de 03.12.1979, sobre a Assembleia Geral de Acionistas;
4. A Assembleia dos Debituristas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debituristas que representem metade, no mínimo, das Debênturas em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número;
5. A Assembleia dos Debituristas poderá, pelo voto de mais da metade das Debênturas em circulação, aprovar modificações nas condições das Debênturas;
6. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias dos Debituristas;
7. O Agente Fidejussório deverá comparecer à Assembleia dos Debituristas e prestar-lhes as informações que lhe forem solicitadas.

## X RENÚNCIA

Não se presume renúncia a qualquer das direitos decorrentes da presente Emissão. Desta forma, nenhum ateneu ou mercado ou qualquer outro órgão de qualquer natureza, limitando ou renúncia que culme aos Debituristas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissão prejudicará tais direitos. Exatidão ou ausência ou não interpretado como constituindo uma renúncia aos direitos ou concordância com tal inadimplemento, não constituirá correção ou procedente ao recurso a qualquer outro inadimplemento ou ateneu.

## XI PUBLICAÇÕES LEGAIS

Todas as publicações legais feitas pela Emissora são e deverão continuar a ser feitas



Caso qualquer das disposições ou apêndices venha a ser julgada ilegal, inidônea ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em todo, a substituí-las a disposição afetada por outra que, no mesmo de possível, mantenha o mesmo efeito.

### III

*(Observando-se as disposições dos artigos 39 e seguintes da Lei 5404/75, qualquer modificação à presente Estatuta somente será válida se realizada por escrito e com a concordância de todas as partes que dela fazem a parte).*

100

Fica eleito o Juri da Conserva de São Paulo, Estado de São Paulo, para distribuir qual e quantas quantias oriundas da presente Fazenda, com exatidão de qual-quer outro, com muita inteligência e acerto.

E, por meio de seus advogados e representantes, declara a presente Escritura, em 4 (quatro) dias de fevereiro de 2016, que não possui conhecimento de qualquer outro negócio, a todo momento.

1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 26

**Abstract**

POST-GRADUATE STUDY

**Abstract**

**Abstract**

100

  
 J. EDGAR HOOVER  
 DIRECTOR

2. Name: JOHN WILLIAM ROY  
 RG: 400-30-0000-00-0000  
 M. T. 00-00-00

3. O presente Adiantamento é firmado com caráter irrevogável e irrenunciável, obrigando a Emissora por si e seus sucessores.

4. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Adiantamento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e convenientes, as partes firmam o presente Adiantamento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo, a tudo presentes.

São Paulo, 11 de abril de 2000.

  
\_\_\_\_\_  
EMISSORA

  
\_\_\_\_\_  
BENEFICIÁRIA

  
\_\_\_\_\_  
EMISSORA

  
\_\_\_\_\_  
BENEFICIÁRIA

  
\_\_\_\_\_  
EMISSORA

  
\_\_\_\_\_  
BENEFICIÁRIA

  
\_\_\_\_\_  
EMISSORA

  
\_\_\_\_\_  
BENEFICIÁRIA